

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA AO EXAME E A AVALIAÇÃO DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA E, AO FINAL, FORMULAR PROPOSTAS AO PODER EXECUTIVO E AO PAÍS, ESPECIFICAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À REPERCUSSÃO NA INDÚSTRIA – CRISE IN

REQUERIMENTO N° , DE 2009.

(Do Sr. Moreira Mendes)

Requer audiência pública com o Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Miguel Jorge e o Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, para prestarem esclarecimentos sobre os efeitos da crise financeira mundial na economia brasileira no que diz respeito à repercussão na indústria.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos artigos 24, IV combinado com o artigo 219, I, e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que ouvido o plenário da Comissão, sejam tomadas providências necessárias à convocação do Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Senhor Guido Mantega, do Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Senhor Miguel Jorge e do Excelentíssimo Presidente do Banco Central do Brasil - BACEN, Senhor Henrique de Campos Meirelles, para prestarem esclarecimentos, em reunião de audiência pública, sobre os efeitos da crise financeira mundial na economia brasileira e suas repercussões na indústria.

JUSTIFICATIVA

A escalada da crise financeira internacional vem atingindo a economia brasileira de forma preocupante. O Brasil, infelizmente e ao contrário das primeiras declarações de membros do governo e do próprio Presidente da República, não está imune aos seus efeitos.

Tanto o Banco Central do Brasil como o Ministério da Fazenda, ainda que de

forma precária e pontual, vêm adotando certas medidas no sentido de conter o impacto da crise na economia brasileira. Muitas dessas ações estão sendo tratadas no âmbito deste Parlamento, como a discussão e a votação de Medidas Provisórias editadas pelo Executivo para tratar nova regulamentação do sistema financeiro brasileiro, e também de audiências públicas.

É sabido que o Grupo de Acompanhamento da Crise, que reúne empresários de diversos setores e membros do governo tem se reunido com o objetivo de analisar o cenário da crise internacional e as medidas a serem tomadas pelo governo no mercado interno.

A Câmara dos Deputados, no entanto, poderá contribuir de forma mais propositiva se for informado das principais ações que o Estado brasileiro, principalmente as autoridades do Banco Central, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior vem realizando para ampliar as exportações e aumentar a competitividade das empresas neste cenário de maior competição e protecionismo entre os países.

O setor industrial, que vinha ganhando fôlego, já começa a dar sinais de retração. Temos como exemplos desse impacto, o setor automobilístico, que já reduziu a produção e está dando férias coletivas a seus empregados.

No plano macro, todos esperam do Governo Federal ações concretas que minimizem o impacto da crise no país, restabelecendo a liquidez e a oferta de crédito, como bem sugere e recomenda a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Dados levantados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a pedido do Grupo Estado, grupo de empresas do qual fazem parte os jornais O Estado de São Paulo, Jornal da Tarde, Rádio Eldorado e OESP Mídia Ltda, editora de Listas Telefônicas, Revistas e Guias Setoriais de Mercado, revelam que o parque industrial brasileiro já começa a sentir o baque da crise internacional e que alguns setores tiveram redução expressiva da utilização da capacidade instalada. Muitos deles estavam aproveitando ao máximo suas instalações e ocupando seu pessoal em três turnos de trabalho. Mas agora baixaram o ritmo de produção e há folga na linha de montagem. O tombo foi maior para quem fabrica móveis, têxteis, químicos e para a indústria mecânica.

Segundo o presidente da CNI, a política monetária do Brasil está descompassada da crise e “se há descompasso nós precisamos andar mais depressa”. O Sr. Armando Monteiro afirmou, em matéria da Agência Brasil, de 11 de março de 2009, que a redução da taxa frustra a expectativa da indústria nacional. “Nós imaginávamos que pudéssemos caminhar de maneira mais firme na direção de um movimento mais ousado.

O risco nesse momento é o da recessão, não é o risco da inflação. Seguramente poderia ter sido feita redução de 2 a 2,5 pontos percentuais na taxa de juros”, disse.

Para o presidente da CNI, a medida ajuda na recuperação da indústria de alguma forma, porque é um movimento de redução, “mas não é algo que produza efeitos na economia imediatamente”. Segundo ele, é preciso que o ambiente de maneira geral possa ser percebido pelos agentes econômicos e que o mundo melhore, e a percepção da crise possa ir mudando. Armando Monteiro afirmou que o processo que está se instalando no Brasil aponta para um quadro de desaceleração da indústria e que era importante uma sinalização do Banco Central, no sentido de que está querendo fazer um movimento que reanime os agentes econômicos e que crie expectativas novas nesse momento.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a produção do setor automotivo, por exemplo, despencou quase 40% em dezembro na comparação com novembro, sendo determinante para que o resultado da indústria em geral naquele mês recuasse 12,4% --o pior resultado da série histórica, iniciada em 1991. Porém, caso a crise se agrave e aumente o número de demissões, os problemas podem se alastrar para outros setores.

Diante da gravidade e da celeridade com que os fatos se sucedem, é imprescindível convocar o Ministro da Fazenda, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Presidente do Banco Central do Brasil para esclarecerem os efeitos da crise na economia brasileira.

Sala das Reuniões, em _____ de março de 2009.

Deputado Moreira Mendes
PPS/RO